

ANDRÉ ESTEFAM

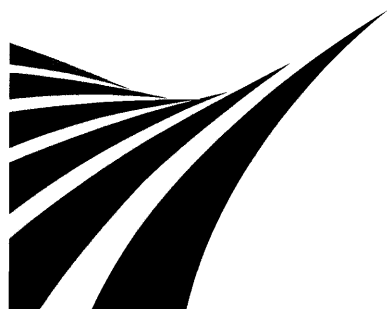
DIREITO PENAL 1

PARTE GERAL

ARTS. 1º A 120

9ª edição
2020

saraiva  jur



<i>Abreviaturas</i>	<i>7</i>
<i>Nota do Autor à 9ª Edição.....</i>	<i>31</i>

Título I Noções Fundamentais

Capítulo 1 O Direito Penal

1. O Direito Penal como expressão da cultura humana	33
1.1. Conceito de Direito Penal.....	36
1.2. Direito Penal objetivo e subjetivo.....	38
1.3. Direito Penal comum e especial.....	38
1.4. Direito Penal substantivo e adjetivo.....	38
1.5. Direito Penal Internacional e Direito Internacional Penal.....	39
1.6. Direito Penal do fato e Direito Penal do autor.....	39
2. Posição enciclopédica do Direito Penal	40
2.1. O caráter científico do Direito Penal	40
2.2. A dogmática	42
2.3. A política criminal.....	43
2.4. A Criminologia	43
3. Função do Direito Penal (proteção de bens jurídicos).....	43
3.1. Conceito de bem jurídico	45
3.2. O Direito Penal enquanto responsável pela garantia da vigência da norma	46
3.3. Uma síntese dialética entre a proteção subsidiária de bens jurídicos e a garantia da vigência da norma.....	48
4. O desafio do Direito Penal	49
5. Direito Penal do cidadão e Direito Penal do Inimigo	50

Capítulo 2 Escolas penais

1. Conceito	54
2. A Escola Clássica, Idealista ou Primeira Escola	54
3. A Escola Positiva ou Positivista	56
4. A Terceira Escola	58
5. As demais Escolas e a sua superação	58

Capítulo 3 A História do Direito Penal Positivo brasileiro

1. Breve história do Direito Penal positivo brasileiro (codificado).....	61
2. As Ordenações do Reino de Portugal	61
3. O Código Criminal do Império (1830)	65
4. O Código Penal de 1890	70
5. A Consolidação das Leis Penais	72
6. O Código Penal de 1940	72
7. A Reforma de 1984.....	73
8. Estrutura do Código Penal.....	74
9. Síntese conclusiva da legislação penal brasileira e a função atribuída ao Direito Penal em cada fase	74
10. As recentes reformas do Direito Penal	75
11. Panorama da legislação penal especial	76

Capítulo 4 Conceitos fundamentais

1. Fontes do Direito Penal	78
1.1. Analogia em Direito Penal	79
1.2. Hermenêutica e interpretação.....	80
1.3. Interpretação conforme a Constituição e o Direito Penal.....	82
2. Infração penal – classificação bipartida e tripartida	83
2.1. Diferenças entre crime e contravenção penal	84
3. Elementos e circunstâncias do crime.....	84
3.1. Comunicabilidade das elementares e circunstâncias no concurso de agentes.....	85
3.2. Circunstâncias elementares.....	86
4. Sujeitos do crime	86
4.1. Sujeito ativo	86
4.1.1. Capacidade especial do sujeito ativo (crimes próprios e de mão própria)	86
4.1.2. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	87
4.2. Sujeito passivo	88
5. Objeto do crime.....	90

6.	Lei penal e norma penal	90
6.1.	Espécies de norma penal	91
6.2.	Lei penal em branco	91
6.2.1.	Espécies	91
6.3.	Lei penal incompleta	93
7.	Resultado do crime	93

Capítulo 5 Classificação de crimes

1.	Quanto ao diploma normativo	94
2.	Quanto ao sujeito ativo	94
2.1.	Quanto à pluralidade de sujeitos como requisito típico	94
2.2.	Quanto à qualidade especial do sujeito ativo	96
2.3.	Quanto à possibilidade de coautoria	97
3.	Quanto ao sujeito passivo	97
4.	Quanto ao resultado	97
4.1.	Quanto ao resultado naturalístico ou material	97
4.2.	Quanto ao resultado jurídico ou normativo	99
5.	Quanto à conduta	101
6.	Quanto ao momento consumativo	102
7.	Quanto à autonomia	103
8.	Quanto à existência de condições	104
9.	Quanto à objetividade jurídica	104
10.	Quanto ao <i>iter criminis</i>	105
11.	Quanto à conduta típica	106
11.1.	Quanto à possibilidade de fracionamento da conduta típica	106
11.2.	Quanto à natureza do comportamento nuclear	106
11.3.	Quanto à pluralidade de verbos nucleares	107
12.	Quanto ao elemento subjetivo ou normativo	108
13.	Quanto à posição topográfica no tipo penal	108
14.	Critérios relacionados com o tema do conflito aparente de normas	109
14.1.	Princípio da especialidade	109
14.2.	Princípio da subsidiariedade	109
14.3.	Princípio da consunção ou absorção	109
15.	Quanto à ação penal	109
16.	Quanto à conexão	110
17.	Quanto à condição de funcionário público do sujeito ativo	112
18.	Quanto à habitualidade	112
19.	Quanto ao caráter político	113
20.	Quanto à estrutura do tipo penal	114
21.	Outras classificações	114

21.1. Crime multitudinário.....	114
21.2. Crime de opinião	114
21.3. Crimes de imprensa.....	114
21.4. Crime de ímpeto	116
21.5. Crimes à distância ou de espaço máximo	116
21.6. Crimes plurilocais.....	116
21.7. Delitos de tendência	116
21.8. Crimes de impressão	117
21.9. Crimes de simples desobediência.....	117
21.10. Crimes falimentares ou falitários.....	117
21.11. Crimes a prazo	117
21.12. Crime gratuito.....	117
21.13. Delitos de circulação ou de trânsito	118
21.14. Delito transeunte e não transeunte	118
21.15. Crime de atentado ou de empreendimento	118
21.16. Crime em trânsito.....	119
21.17. Quase crime.....	119
21.18. Crimes de responsabilidade	119
21.19. Crimes hediondos.....	119
21.20. Crime putativo ou imaginário	121

Capítulo 6 Princípios fundamentais

1. Normas jurídicas (regras, princípios e postulados)	123
1.1. Introdução	123
1.2. Distinção entre princípios e regras.....	125
1.2.1. Critérios usualmente empregados para a distinção entre regras e princípios.....	126
1.2.2. Critérios científicos para distinção entre princípios e regras ..	128
1.3. Conceito.....	129
1.3.1. Eficácia dos princípios	129
1.3.2. A força normativa dos princípios e sua eficácia <i>prima facie</i> ...	131
1.3.3. Eficácia das regras	131
1.3.4. Superabilidade das regras	132
1.4. Postulados (normas de segundo grau ou metanormas)	133
1.4.1. Postulados específicos ou condicionais	135
1.4.1.1. O postulado da igualdade	135
1.4.1.2. A razoabilidade.....	135
1.4.1.3. O postulado da proporcionalidade	136
1.4.1.4. A proibição de excesso.....	139
1.4.1.5. A proibição de proteção deficiente	140

2.	Princípios basilares.....	141
2.1.	O princípio da dignidade da pessoa humana	141
2.1.1.	Introdução	141
2.1.2.	Conteúdo jurídico	143
2.1.3.	Reflexos penais.....	144
2.2.	O princípio da legalidade	145
2.2.1.	Relativização do princípio da legalidade	146
2.2.2.	Desdobramentos do princípio da legalidade	146
2.2.3.	A extensão do princípio da legalidade às medidas de segu- rança	150
2.2.4.	Extensão do princípio da legalidade à execução penal.....	150
2.2.5.	Polêmicas acerca do princípio da legalidade.....	150
2.3.	O princípio da culpabilidade.....	151
3.	Princípios decorrentes.....	152
3.1.	Princípios da irretroatividade da lei penal gravosa (ou irretroatividade benéfica).....	152
3.2.	Princípio da insignificância ou da bagatela.....	153
3.3.	Princípio da insignificância ou da bagatela imprópria.....	155
3.4.	Princípio da alteridade ou transcendentalidade.....	156
3.5.	Princípio da ofensividade	156
3.6.	Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos.....	156
3.7.	Princípio da intervenção mínima.....	157
3.8.	Princípio da fragmentariedade	157
3.9.	Princípio da adequação social.....	157
3.10.	Princípio do <i>ne bis in idem</i>	158
3.11.	Princípio da humanidade	158
3.12.	Princípio da autorresponsabilidade ou das ações a próprio risco.....	159
3.13.	Princípio da confiança	159
3.14.	Princípios ligados à pena	159

Capítulo 7 Lei penal no tempo

1.	Introdução.....	160
2.	É possível aplicar lei penal antes de consumada sua vacância?.....	161
3.	Conflito de leis penais no tempo.....	161
3.1.	Introdução	161
3.2.	Dúvida a respeito da lei penal mais benéfica	163
3.3.	Combinação de leis penais	164
3.4.	Sucessão de leis penais	165
3.5.	Medidas de segurança.....	165
3.6.	Competência para aplicação da lei penal benéfica.....	166

3.7. Crime permanente e crime continuado.....	167
3.8. Lei excepcional e lei temporária (CP, art. 3º).....	167
3.9. Retroatividade da lei penal e lei penal em branco.....	168
3.10. Retroatividade benéfica do entendimento jurisprudencial.....	168
3.11. Tempo do crime.....	170

Capítulo 8 Lei penal no espaço

1. Territorialidade.....	172
1.1. Território nacional.....	172
1.2. Lugar do crime.....	172
1.3. Foro competente.....	173
2. Imunidades diplomáticas.....	176
2.1. Imunidades consulares.....	177
2.2. Embaixadas estrangeiras.....	177
2.3. Imunidades constitucionais.....	177
2.3.1. Imunidades parlamentares.....	178
2.3.2. Imunidade presidencial.....	182
2.3.3. Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos Municipais.....	182
3. Extraterritorialidade da lei penal brasileira.....	183
3.1. Princípios aplicáveis.....	184
3.1.1. Princípio da universalidade, da justiça penal universal ou cosmopolita.....	184
3.1.2. Princípio real, da proteção (ou proteção de interesses) ou da defesa.....	185
3.1.3. Princípio da personalidade ou nacionalidade.....	185
3.1.4. Princípio da representação ou da bandeira.....	186
3.2. Extraterritorialidade incondicionada.....	186
3.3. Extraterritorialidade condicionada.....	187
3.4. Extraterritorialidade na Lei de Tortura.....	189
4. Tribunal Penal Internacional ou Corte Penal Internacional.....	189
5. A aplicação da lei penal estrangeira a fatos cometidos em território nacional...	190
6. Extradicação.....	190
6.1. Conceito.....	190
6.2. Espécies.....	190
6.3. Disciplina constitucional.....	190
6.4. Requisitos.....	191
6.5. Expulsão.....	192
7. Eficácia da sentença estrangeira.....	192
8. Extraterritorialidade da Lei Penal Militar.....	193

Capítulo 9 Conflito aparente de normas

1. Introdução.....	194
2. Princípio da especialidade (<i>lex specialis derogat generalis</i>).....	195
3. Princípio da subsidiariedade (<i>lex primaria derogat legi subsidiariae</i>).....	196
4. Princípio da consunção ou da absorção (<i>lex consumens derogat legi consumptae</i>).....	198
4.1. Crimes complexos – subsidiariedade ou consunção	200
5. Princípio da alternatividade.....	201
6. Resumo	202

Título II Teoria Geral do Delito ou Teoria do Fato Punível

Capítulo 1 Introdução

1. O caráter fragmentário do Direito Penal	203
2. Conceito de crime	203
2.1. Conceito material e formal.....	203
2.2. Conceito analítico.....	204
2.3. Afinal, o crime é fato típico e ilícito, ou típico, ilícito e culpável?	205

Capítulo 2 Sistemas penais

1. O pensamento sistemático	207
2. Espécies.....	209
2.1. Sistema clássico (Liszt/Beling/Radbruch)	209
2.1.1. Origem e base filosófica.....	209
2.1.2. Principais teorias	210
2.1.3. A estrutura do crime no sistema clássico	211
2.1.4. Críticas ao sistema clássico.....	211
2.2. Sistema neoclássico (Frank/Mezger).....	214
2.2.1. Origem e base filosófica.....	214
2.2.2. Principais teorias	214
2.2.3. A estrutura do crime no sistema neoclássico.....	215
2.2.4. Críticas ao sistema neoclássico	216
2.3. Sistema finalista (Hans Welzel).....	217
2.3.1. Origem e base filosófica.....	217
2.3.2. Principais teorias	217
2.3.3. A estrutura do crime no sistema finalista	219
2.3.4. Críticas ao finalismo	221
2.3.5. O finalismo encontra-se superado?.....	223
2.4. Sistema funcionalista (Roxin/Jakobs).....	223

2.4.1. Origem e base filosófica.....	223
2.4.2. Principais teorias	224
2.4.3. Estrutura do crime no sistema funcionalista	225
2.4.4. Críticas ao funcionalismo.....	226

Capítulo 3 Fato típico

1. Introdução.....	227
2. Conduta.....	227
2.1. Elementos da conduta.....	228
2.2. Diferença entre conduta e ato	229
2.3. Formas de conduta	229
2.4. Teorias da ação (resumo).....	229
2.5. Omissão penalmente relevante	231
2.5.1. Teorias da omissão	231
2.5.2. Espécies de crimes omissivos.....	231
2.6. Crimes de conduta mista.....	232
3. Resultado.....	232
3.1. Classificação dos crimes quanto ao resultado naturalístico.....	232
3.2. Classificação dos crimes quanto ao resultado jurídico.....	232
4. Nexos de causalidade ou relação de causalidade	233
4.1. O conceito de causa.....	233
4.2. As teorias sobre a relação de causalidade	234
4.3. A teoria adotada em nosso Código Penal	238
4.4. A teoria da equivalência dos antecedentes ou da <i>conditio sine qua non</i> e as causas independentes.....	239
4.5. Qual o problema central: causalidade ou imputação?	241
5. Tipicidade.....	243
5.1. Conceito.....	243
5.2. Adequação típica	244
5.3. Tipicidade conglobante (Zaffaroni)	244
5.4. Funções do tipo penal	245
5.5. Tipo objetivo e tipo subjetivo – tipos normais e anormais.....	246
5.6. Tipo aberto e tipo fechado.....	246
6. Dolo.....	247
6.1. Introdução	247
6.2. Espécies de dolo	248
7. Culpa.....	250
7.1. Elementos do fato típico de crime culposos	250
7.2. Dever de cuidado objetivo e previsibilidade do resultado	250
7.3. O princípio do incremento do risco.....	251

7.4. Princípio da confiança	252
7.5. Modalidades de culpa	252
7.6. Culpa consciente e inconsciente. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual	252
7.7. Culpa própria e culpa imprópria	253
7.8. Culpa mediata ou indireta	253
7.9. Graus de culpa.....	253
7.10. Concorrência e compensação de culpas.....	254
7.11. Excepcionalidade do crime culposos	254
8. Preterdolo.....	254

Capítulo 4 Teoria da imputação objetiva

1. O que é a relação de imputação objetiva (<i>objektiven Zurechnung</i>)?	255
2. Histórico da teoria geral da imputação objetiva	255
3. A imputação objetiva segundo Claus Roxin.....	257
3.1. Os níveis de imputação conforme Roxin.....	258
4. A imputação objetiva segundo Jakobs.....	261
5. Uma visão possível à luz do ordenamento penal pátrio.....	264

Capítulo 5 Erro de tipo

1. O erro em Direito Penal (erro de tipo e erro de proibição).....	268
2. Conceito	270
2.1. Delito putativo por erro de tipo.....	270
3. Espécies de erro de tipo	272
3.1. Erro de tipo essencial	272
3.1.1. Efeito	273
3.1.2. Erro de tipo incriminador (art. 20, <i>caput</i>) e permissivo (art. 20, § 1º). Diferença	274
3.1.3. Erro de tipo incriminador	274
3.1.4. Erro de tipo permissivo	275
3.1.5. Descriminantes putativas – espécies e natureza jurídica	277
3.1.6. A culpa imprópria (no erro de tipo permissivo)	278
4. Erro de tipo acidental	279
4.1. Erro sobre o objeto material.....	279
4.1.1. Erro sobre a pessoa.....	279
4.1.2. Erro sobre o objeto ou sobre a coisa.....	280
4.2. Erro na execução do crime.....	280
4.2.1. <i>Aberratio ictus</i> , desvio na execução ou erro no golpe.....	280
4.2.2. <i>Aberratio criminis</i> , <i>aberratio delicti</i> ou resultado diverso do pretendido	283

4.2.3. Erro sobre o nexo causal ou <i>aberratio causae</i>	284
5. Erro sobre excludentes de culpabilidade.....	285
5.1. Coação moral irresistível putativa e obediência hierárquica putativa	285
5.2. Erro sobre a imputabilidade	285

Capítulo 6 *Iter criminis*

1. Conceito	287
2. Fases do <i>iter criminis</i>	287
2.1. Fase interna (cogitação).....	287
2.2. Fase externa (preparação, execução e consumação)	287
2.2.1. Preparação	287
2.2.2. Execução.....	288
2.2.3. Consumação.....	289
2.3. Exaurimento.....	290
3. Crime tentado (CP, art. 14)	290
3.1. Punibilidade da tentativa	291
3.2. Infrações que não admitem a tentativa.....	291
4. Desistência voluntária e arrependimento eficaz (CP, art. 15)	293
4.1. Requisitos.....	293
4.2. Natureza jurídica	294
4.3. Efeito	294
4.4. Desistência voluntária e o crime de terrorismo (Lei n. 13.260/2016)	295
5. Arrependimento posterior (CP, art. 16).....	295
6. Crime impossível (CP, art. 17).....	296
6.1. Teorias	297

Capítulo 7 *Ilicitude ou antijuridicidade*

1. Introdução.....	298
1.1. Conceito.....	298
1.2. Classificação	298
1.3. Relação com a tipicidade	298
2. Excludentes de ilicitude.....	299
2.1. A ilicitude diante da teoria da imputação objetiva.....	299
2.2. Excesso	299
2.3. O excesso e o Tribunal do Júri	300
3. Estado de necessidade.....	301
3.1. Teorias.....	302
3.2. Faculdade ou direito.....	302
3.3. Requisitos.....	302
3.3.1. Requisitos vinculados à situação de necessidade	303

3.3.2. Requisitos ligados à reação do agente	304
3.4. Classificação	305
4. Legítima defesa	305
4.1. Requisitos.....	306
4.2. <i>Commodus discessus</i>	309
4.3. Excesso	310
4.4. Classificação	310
4.5. Ofendículos	311
4.6. Diferenças entre legítima defesa e estado de necessidade	312
4.7. “Legítima defesa da honra”	312
4.8. Legítima defesa especial.....	312
5. Exercício regular de direito e estrito cumprimento de dever legal.....	313
5.1. Introdução	313
5.2. Exercício regular de um direito	314
5.3. Imputação objetiva	315
5.4. Estrito cumprimento do dever legal.....	315

Capítulo 8 Culpabilidade

1. Introdução	316
2. Evolução do conceito de culpabilidade	316
2.1. Princípio da coincidência	318
3. Elementos da culpabilidade	318
3.1. Imputabilidade	318
3.1.1. Causas legais de exclusão da imputabilidade.....	319
3.1.2. A teoria da <i>actio libera in causa</i>	326
3.2. Potencial consciência da ilicitude.....	326
3.3. Exigibilidade de outra conduta.....	330
3.3.1. Causas legais de exclusão da exigibilidade de outra conduta .	331
3.3.2. Causas supralegais de exclusão da culpabilidade	334
4. Emoção e paixão.....	335

Capítulo 9 Concurso de pessoas

1. Introdução	336
2. Tratamento do assunto na legislação brasileira.....	337
3. Teorias sobre o concurso de pessoas.....	338
4. Requisitos do concurso de pessoas	339
5. Autoria e participação.....	342
5.1. Autoria	342
5.2. Participação	343
6. Concurso em crimes culposos.....	344

7. Homogeneidade de elemento subjetivo	345
8. Participação de menor importância e dolosamente distinta	345
9. Autoria colateral e autoria incerta.....	346
10. Comunicabilidade das elementares e circunstâncias	346
10.1. Circunstâncias elementares.....	347
11. Delação e colaboração premiadas	347
11.1. Justiça penal conflitiva e consensual	347
11.2. Delação premiada	349
11.3. Colaboração premiada	350
11.3.1. Conceito.....	350
11.3.2. Benefícios decorrentes da colaboração premiada	350
11.3.3. Procedimento	351
11.3.4. Arquivamento da investigação penal como medida negociada com o colaborador.....	352
11.3.5. Colaboração posterior à sentença	352
11.3.6. Retratação da proposta	352
11.3.7. Renúncia ao direito ao silêncio.....	353
11.3.8. Colaboração como meio de prova.....	353
11.3.9. Direitos do colaborador	354
12. Teoria do domínio do fato	354
12.1. Denominação – origem histórica.....	354
12.2. Premissa	355
12.3. Manifestações concretas do domínio do fato	355
12.4. Autoria e suas formas.....	356
12.5. Coautoria	357
12.6. Delitos aos quais não se aplica a teoria do domínio do fato	358
12.7. Autoria de escritório.....	359
12.8. Participação	360
12.9. Teoria das ações neutras	360
12.10. Teoria da cegueira deliberada	361

Título III As Consequências da Infração Penal

Capítulo 1 Teoria Geral da Pena

1. Definições.....	363
1.1. Sanção penal.....	363
1.2. Pena	364
2. História	364
3. O Direito Penal positivo brasileiro.....	365
4. Finalidades	366

4.1.	Teorias absolutas, retributivas ou da repressão.....	367
4.2.	Teorias relativas, finalistas, utilitárias ou da prevenção.....	368
4.3.	Teorias mistas, ecléticas, intermediárias ou conciliatórias.....	369
4.4.	Teoria da prevenção geral positiva	369
4.5.	Prevenção especial positiva	370
4.6.	Teoria agnóstica	371
4.7.	Conclusão	371
5.	Limites	372
6.	Princípios fundamentais.....	373
6.1.	Dignidade da pessoa humana	373
6.2.	Princípio da legalidade	373
6.3.	Princípio da retroatividade benéfica da lei penal.....	374
6.4.	Princípio da individualidade, personalidade ou intranscendência da pena	374
6.5.	Princípio da individualização da pena.....	375
6.6.	Princípio da proporcionalidade da pena	376
6.7.	Penas constitucionalmente proibidas.....	377
6.8.	Demais regras constitucionais ligadas à pena.....	378

Capítulo 2 A pena privativa de liberdade

1.	Histórico	379
2.	Panorama do direito positivo brasileiro	382
3.	As penas privativas de liberdade no Código Penal	382
3.1.	A pena de prisão simples	383
4.	Regimes penitenciários.....	384
4.1.	Regime inicial de cumprimento de pena.....	385
4.1.1.	Reclusão	385
4.1.2.	Detenção	386
4.2.	Progressão de regimes.....	386
4.2.1.	Requisito subjetivo	390
4.2.2.	Tráfico de drogas minorado e progressão de regime.....	390
4.2.3.	Falta grave e a interrupção do período aquisitivo para progressão	391
4.2.4.	Direito intertemporal e a Lei Anticrime.....	391
4.2.5.	Súmula Vinculante 56	391
4.2.6.	Progressão de condenados por crimes contra a Administração Pública.....	392
4.2.7.	Progressão antes do trânsito em julgado	392
4.2.8.	Progressão especial (gestantes e responsáveis por crianças ou pessoas com deficiência)	392

4.2.9. Crime organizado e progressão de regime.....	393
4.3. Regressão de regime.....	393
4.4. Regras dos regimes penitenciários	394
4.4.1. Local de cumprimento.....	394
4.4.2. Exame criminológico	395
4.4.3. Trabalho	395
4.4.4. Remição	396
4.4.5. Autorizações de saída.....	397
5. Monitoração eletrônica de presos	399
6. Regime disciplinar diferenciado.....	401
7. Uso de telefone celular em estabelecimentos penais	403
8. Visitas a estabelecimentos penais.....	403
9. Direitos do preso	403
10. Detração penal.....	404
11. Limite de cumprimento da pena (CP, art. 75)	406
11.1. Introdução	406
11.2. Súmula 715 do Supremo Tribunal Federal.....	407
11.3. Direito intertemporal – o convívio dos dois limites punitivos.....	407
11.4. Superveniência de condenação por crime cometido durante o cumprimento da pena.....	408
12. Medidas alternativas à prisão.....	408

Capítulo 3 As penas alternativas

1. Introdução.....	410
2. A pena restritiva de direitos.....	411
2.1. Regras gerais.....	411
2.1.1. Elenco das penas restritivas de direitos	411
2.1.2. Características.....	412
2.1.3. Duração.....	415
2.1.4. Requisitos para a substituição de prisão por pena restritiva de direitos	415
2.1.5. Substituição nos crimes previstos na Lei dos Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/90).....	418
2.1.6. Lei de “Lavagem” de Capitais.....	420
2.1.7. Quantidade de penas alternativas aplicadas em cada caso concreto	420
2.1.8. Penas restritivas de direitos nos crimes de trânsito	420
2.1.9. Penas restritivas de direitos nos crimes de abuso de autoridade	421
2.2. Penas restritivas de direitos em espécie	421

2.2.1. Prestação pecuniária (CP, art. 45, § 1º).....	421
2.2.2. Prestação inominada (CP, art. 45, § 2º)	422
2.2.3. Perda de bens e valores (CP, art. 45, § 3º).....	423
2.2.4. Conversibilidade em prisão da prestação pecuniária e da perda de bens e valores	424
2.2.5. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas (CP, art. 46).....	424
2.2.6. Interdições temporárias de direitos (CP, art. 47).....	425
2.2.7. Limitação de fim de semana (CP, art. 48).....	427
2.3. A pena de multa.....	427
2.3.1. Introdução	427
2.3.2. Espécies	428
2.3.3. Multa substitutiva ou vicariante	428
2.3.4. Sistema do dia-multa.....	430
2.3.5. Constitucionalidade da referência ao salário mínimo.....	431
2.3.6. Correção monetária	431
2.3.7. Regime jurídico da multa após o trânsito em julgado – dívida de valor (CP, art. 51).....	432
2.3.8. Conversão da pena de multa em pena restritiva de direitos na Lei n. 9.099/95.....	433
2.3.9. Superveniência de doença mental.....	434
2.3.10. <i>Habeas corpus</i> e pena de multa	434
2.3.11. Cumulação de multas.....	434

Capítulo 4 A aplicação da pena

1. Introdução.....	435
2. Princípio da individualização da pena	436
3. Princípio do <i>ne bis in idem</i>	437
4. Fases da dosimetria	439
4.1. Primeira fase – circunstâncias judiciais	440
4.1.1. Culpabilidade	441
4.1.2. Antecedentes	442
4.1.3. Conduta social	444
4.1.4. Personalidade do agente	445
4.1.5. Motivos do crime.....	445
4.1.6. Circunstâncias do crime	445
4.1.7. Consequências do crime.....	445
4.1.8. Comportamento da vítima.....	446
4.1.9. Ponderação de circunstâncias judiciais	446
4.1.10. Demais funções das circunstâncias judiciais	449

4.1.11. Pena máxima	450
4.2. Segunda fase – agravantes e atenuantes (CP, arts. 61 a 67)	450
4.2.1. Circunstâncias agravantes (CP, arts. 61 e 62)	451
4.2.2. Circunstâncias atenuantes (CP, arts. 65 e 66)	460
4.2.3. Ponderação entre atenuantes e agravantes	468
4.3. Terceira fase – as causas de aumento e diminuição de pena.....	470
4.3.1. O aumento de pena decorrente do art. 9º da Lei n. 8.072/90 em crimes graves.....	471
4.4. Regime penitenciário e benefícios legais	472
4.5. Pena de multa	472

Capítulo 5 Da reincidência

1. Conceito e natureza jurídica	473
1.1. Constitucionalidade da reincidência	474
2. Condenações irrecorríveis que não produzem reincidência.....	475
2.1. Condenação cuja pena já foi extinta ou cumprida há mais de cinco anos (período depurador)	475
2.2. Condenação anterior por crime propriamente militar.....	476
2.3. Condenação anterior por crime político	476
2.4. Condenação anterior por contravenção penal	477
2.5. A dicotomia: primariedade x reincidência.....	477
3. Reincidência e maus antecedentes	478
4. Efeitos da reincidência.....	478
5. Reincidência específica.....	479
6. Observações finais.....	480

Capítulo 6 Concurso de crimes

1. Conceito	482
2. Espécies.....	482
2.1. Concurso material ou real (CP, art. 69)	483
2.2. Concurso formal ou ideal (CP, art. 70).....	484
2.3. Crime continuado (CP, art. 71).....	486
2.3.1. Natureza jurídica	486
2.3.2. Requisitos.....	487
3. Teorias sobre a unidade de desígnios	489

Capítulo 7 Suspensão condicional da pena (*sursis*)

1. Conceito e natureza jurídica	490
2. Origem.....	492
3. Sistemas	492

4. A suspensão condicional do processo (Lei n. 9.099/95, art. 89)	493
5. Espécies de <i>sursis</i>	495
5.1. <i>Sursis</i> simples ou comum.....	495
5.1.1. Requisitos.....	495
5.1.2. Condições (CP, arts. 78 e 79).....	495
5.1.3. Período de prova.....	497
5.1.4. O <i>sursis</i> e a hediondez do fato.....	497
5.2. <i>Sursis</i> especial (suas peculiaridades) (CP, art. 78, § 2º)	498
5.2.1. Requisitos.....	498
5.2.2. Condições	498
5.2.3. Período de prova.....	498
5.3. <i>Sursis</i> etário (CP, art. 77, § 2º).....	498
5.4. <i>Sursis</i> humanitário (CP, art. 77, § 2º)	499
6. <i>Sursis</i> em leis especiais.....	499
6.1. Lei Ambiental.....	499
6.2. Lei das Contravenções Penais	500
7. Causas de revogação (ou condições legais indiretas)	500
8. Prorrogação do <i>sursis</i> (automática)	501
9. O regramento do <i>sursis</i> na Lei de Execução Penal.....	502
10. Observações finais.....	502

Capítulo 8 Livramento condicional

1. Origem.....	505
2. Conceito e natureza jurídica	505
3. Distinção em relação ao <i>sursis</i>	506
4. Requisitos (CP, art. 83)	506
4.1. Requisitos objetivos.....	507
4.1.1. Vedações de concessão do livramento condicional	507
4.1.2. Livramento condicional e tráfico de drogas.....	508
4.1.3. Soma das penas.....	508
4.2. Requisitos subjetivos	509
4.3. Requisitos procedimentais	510
5. Condições do livramento	511
5.1. Legais (LEP, art. 132).....	511
5.1.1. Obrigatórias (§ 1º)	511
5.1.2. Facultativas (§ 2º)	511
5.1.3. Judiciais (CP, art. 85).....	511
5.1.4. Legais indiretas (causas de revogação)	511
6. Causas de revogação do livramento.....	511

6.1.	A aparente lacuna do legislador.....	512
6.2.	Efeitos da revogação do livramento	513
7.	Regramento do instituto na Lei de Execução Penal	514
8.	Observações finais.....	515
8.1.	Livramento condicional antes do trânsito em julgado da condenação.	515
8.2.	Exame criminológico	516
8.3.	Estrangeiro.....	516
8.4.	Prorrogação do período de prova (CP, art. 89).....	516
8.5.	Suspensão provisória do livramento (LEP, art. 145)	516
8.6.	Extinção automática (CP, art. 90, e LEP, art. 146)	517
8.7.	Extinção da pena pelo decurso do período de prova sem oitiva do Ministério Público.....	517
8.8.	Revogação sem oitiva do sentenciado.....	518
8.9.	<i>Habeas corpus</i> para pleitear livramento condicional	518
8.10.	Livramento condicional insubsistente	518
8.11.	Livramento condicional para o agente sob regime disciplinar diferenciado (RDD)	519
8.12.	Cometimento de falta grave	519

Capítulo 9 Efeitos da condenação

1.	Introdução.....	520
2.	Espécies de efeitos da condenação.....	521
3.	Efeitos extrapenais.....	521
3.1.	Introdução	521
3.2.	Efeitos extrapenais genéricos	522
3.2.1.	Introdução.....	522
3.2.2.	Tornar certa a obrigação de reparar o dano (CP, art. 91, I)	522
3.2.3.	Perda dos instrumentos do crime	524
3.2.3.1.	Perda dos instrumentos utilizados por organizações criminosas ou milícias	524
3.2.3.2.	Perda dos instrumentos de crimes previstos em lei especial.....	525
3.2.4.	Perda do produto ou proveito do crime	526
3.2.5.	Suspensão dos direitos políticos, enquanto durarem os efeitos da condenação (CF, art. 15, III)	528
3.2.6.	Rescisão do contrato de trabalho por justa causa (CLT, art. 482, d).....	528
3.3.	Efeitos extrapenais específicos	529
3.3.1.	Perda do cargo, função pública ou mandato eletivo	529

3.3.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela.....	533
3.3.3. Inabilitação para conduzir veículos automotores.....	535
3.4. Perdimento do patrimônio ilícito do condenado.....	535
3.4.1. Natureza jurídica	536
3.4.2. Requisitos.....	536
3.4.3. Aspectos processuais.....	536
4. Efeitos extrapenais específicos em leis especiais.....	537
5. Transação penal e efeitos da condenação.....	538

Capítulo 10 Reabilitação criminal

1. Introdução.....	540
2. O sigilo dos registros criminais.....	540
3. Os efeitos extrapenais específicos da condenação	541
4. Requisitos	541
5. Procedimento.....	542
6. Revogação.....	543

Capítulo 11 Das medidas de segurança

1. Noções preliminares	544
1.1. Origem histórica.....	545
1.2. Natureza jurídica	545
1.3. Demais diferenças entre pena e medida de segurança	547
2. Espécies de medida de segurança	548
3. Sistemas de aplicação.....	548
4. Inimputabilidade e medida de segurança	549
5. Hipóteses de aplicação da medida de segurança.....	549
6. Regime jurídico das medidas de segurança.....	549
7. Detração e medida de segurança.....	552
8. Prescrição e medida de segurança	552
9. Medida de segurança durante a execução da pena	553
10. Medida de segurança aplicada cautelarmente	553
11. Observações finais.....	554
11.1. Superposição de medidas de segurança em face do mesmo agente ...	554
11.2. Internação cível.....	554
11.3. Medida de segurança e a Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006)	554
11.4. Indulto e medida de segurança	555
11.5. Medida de Segurança, Lei Antimanicomial e o Estatuto da Pessoa com Deficiência	555
11.6. Desinternação progressiva.....	556

Capítulo 12 Ação penal

1. Introdução.....	558
1.1. Conceito de ação penal.....	558
1.2. Características.....	558
2. Classificação.....	559
2.1. Espécies de ação penal pública.....	559
2.2. Espécies de ação penal privada.....	559
2.3. Ação penal popular.....	560
2.3.1. Ação penal popular subsidiária.....	560
2.4. Critério legal para determinar a natureza da ação penal.....	560
2.5. Dupla titularidade.....	561
2.6. Crimes praticados em detrimento do patrimônio ou interesse de pessoa jurídica de direito público da administração direta.....	561
2.7. Ação penal adesiva.....	561
2.8. Ação penal secundária.....	561
2.9. Ação penal no crime complexo (CP, art. 101).....	562
3. Condições da ação penal.....	562
3.1. Condições genéricas.....	562
3.1.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	563
3.1.2. Interesse de agir.....	563
3.1.3. Possibilidade jurídica do pedido.....	564
3.2. Condições específicas ou condições de procedibilidade.....	564
4. Identidade de ações penais.....	565
5. Ação penal pública.....	565
5.1. Titularidade.....	565
5.2. Princípios.....	566
5.2.1. Obrigatoriedade ou legalidade (CPP, art. 24).....	566
5.2.2. Indisponibilidade (CPP, arts. 42 e 576).....	566
5.2.3. Oficialidade.....	566
5.2.4. Indivisibilidade.....	567
5.2.5. Intranscendência.....	567
5.3. Ação penal pública condicionada.....	567
5.3.1. Ação penal pública condicionada à representação do ofendido.....	567
5.3.2. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	568
5.4. Denúncia.....	569
5.4.1. Requisitos (CPP, art. 41).....	569
5.4.2. Prazo para oferecimento.....	572
6. Ação penal de iniciativa privada.....	572

6.1. Titularidade	572
6.2. Princípios.....	573
6.2.1. Oportunidade, discricionariedade ou conveniência.....	573
6.2.2. Disponibilidade.....	573
6.2.3. Indivisibilidade	573
6.2.4. Intranscendência.....	574
6.3. Queixa-crime	574
6.4. Espécies de ação penal privada.....	575
6.4.1. Ação penal exclusivamente privada ou privativa do ofendido .	575
6.4.2. Ação penal privada personalíssima.....	575
6.4.3. Ação penal privada subsidiária da pública.....	575

Capítulo 13 Extinção da punibilidade

1. Punibilidade.....	577
2. Condições objetivas de punibilidade.....	577
3. Escusas absolutórias.....	578
4. Causas extintivas da punibilidade.....	578
4.1. Classificação	579
4.2. Efeitos da extinção da punibilidade	580
5. Causas extintivas da punibilidade previstas no Código Penal (art. 107)	580
5.1. Morte do agente	580
5.1.1. Certidão de óbito falsa.....	581
5.2. Anistia, graça e indulto	582
5.2.1. Anistia	583
5.2.2. Perdão presidencial – indulto, comutação e graça	584
5.3. <i>Abolitio criminis</i>	585
5.4. Renúncia e decadência.....	585
5.4.1. Renúncia	585
5.4.2. Decadência	586
5.5. Perempção e perdão aceito.....	586
5.5.1. Perempção	587
5.5.2. Perdão aceito	587
5.6. Retratação	588
5.7. <i>Subsequens matrimonium</i> (casamento subsequente).....	589
5.8. Perdão judicial.....	591
6. Extinção da punibilidade em delitos acessórios, complexos e conexos (CP, art. 108).....	593

Capítulo 14 Prescrição

1. Noções elementares.....	594
----------------------------	-----

1.1. Conceito.....	594
1.2. Origem histórica.....	594
1.3. Natureza jurídica	594
1.4. Principais fundamentos	595
2. Diferenças entre prescrição e decadência	595
3. Imprescritibilidade.....	595
3.1. Introdução	595
3.2. Racismo.....	596
3.3. Ação de grupos armados contra a Ordem Constitucional ou o Regime Democrático	599
3.4. Tratados internacionais e imprescritibilidade.....	599
4. Espécies de prescrição	600
5. O cálculo do prazo prescricional.....	600
6. A contagem do prazo prescricional	602
6.1. Termos iniciais da prescrição da pretensão punitiva	602
6.2. Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva no procedimento dos crimes de competência do juiz singular.....	604
6.3. Causas interruptivas da prescrição no Tribunal do Júri.....	607
6.4. Períodos prescicionais	608
6.5. Extensão dos efeitos interruptivos (CP, art. 117, § 1º).....	608
6.6. Causas suspensivas (CP, art. 116)	609
6.6.1. Causas suspensivas incluídas pela Lei Anticrime.....	609
6.7. Suspensão do prazo prescricional em hipótese de repercussão geral reconhecida pelo relator do recurso especial ou extraordinário	611
7. Prescrição em concreto (retroativa e superveniente ou intercorrente).....	612
7.1. Introdução	612
7.2. Modificações introduzidas pela Lei n. 12.234/2010.....	613
7.3. Regime jurídico anterior à Lei n. 12.234/2010 (atos cometidos até 5 de maio de 2010).....	613
7.4. Regime jurídico posterior à Lei n. 12.234/2010 (atos cometidos a partir de 6 de maio de 2010)	614
8. Prescrição da pretensão executória.....	615
8.1. Prescrição da pretensão executória e multa	618
8.2. Prescrição da pretensão executória e penas restritivas de direitos.....	618
9. Prescrição na legislação especial	618
10. Prescrição antecipada, virtual ou pela pena em perspectiva	619
<i>Bibliografia</i>	623